



**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

No dia 25 de janeiro de 2024, no Museu Novaes, às 09h, deu-se início à 1ª Reunião Ordinária do CMDCA, conforme a lista de participantes. A Presidente Íris Rodrigues e o Vice-Presidente Robson André saudaram todos os presentes agradecendo a participação. A Presidente apresentou à primeira pauta questionando se todos concordavam com a ata da 12ª Reunião Ordinária e Prestação de Contas do FUMDICAD do mês de dezembro e, anual. A Secretária Daniele, explica que foi necessário montar uma nova planilha para Prestação de Contas, pois foi aberta uma conta do Fundo referente às multas pecuniárias, o valor de entrada acrescido de juros corresponde desta foi de R\$13.256,75 (treze mil, duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos). Na conta antiga do fundo, o saldo existente, mais os juros referentes as aplicações temos um saldo de R\$107.361,24 (Cento e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos). Sem ressalvas, as contas foram aprovadas. A Secretária também apresentou a planilha que demonstra o valor referente aos 20% do Fundo, esse recurso é utilizado para capacitações, campanhas e outras necessidades previstas em lei, já os 80% é exclusivo para as Instituições. Como proposta, foi sugerido a utilização da nova conta para custear a capacitação dos Conselheiros Tutelares. Nesse momento, a Conselheira Tutelar Francis expressou sua dúvida em relação à capacitação. Ela havia analisado as propostas enviadas pela Secretária e observou que dentre as empresas cotadas, nenhuma possuía dentro do quadro de capacitadores profissional que já tinha atuado como conselheiro, e em seu entendimento isso faz toda diferença para que a capacitação seja mais objetiva e prática, pois o conteúdo teórico todos tem acesso. A Sra. Daniele compreendeu o exposto, mas também demonstrou a preocupação para os novos Conselheiros, considerando ser relevante todos terem a mesma base de conhecimento, até mesmo para não ficarem submissos aos que já atuam no órgão. A Conselheira Tutelar lembra que já está em andamento a capacitação on-line promovida pelo Ministério Público, nesta tem sido abordada a teoria desde sua base. A Conselheira Eliane aproveitou a oportunidade para expressar sua opinião sobre a capacitação, destacando a eficiência das capacitações disponibilizadas pelo MP. Ela enfatizou a importância de uma capacitação para fortalecer a Rede. Foi destacado que está previsto a publicação do edital que irá financiar os projetos das instituições que atendem crianças e adolescentes, e como o fundo tem pouco recurso, o ideal era fazer uma deliberação para utilizar uma parte dos



20% também para o edital, sendo assim proposta é ser financiado até 4 (quatro) projetos no valor de R\$22.500,00 (vinte e dois mil, quinhentos reais) ou três projetos de R\$30.000,00 (trinta mil). A Conselheira Tutelar Francis disse não concordar com essa proposta, considerando que esses 20% é do Conselho Tutelar, e isso prejudicaria o órgão abrindo mão desse recurso. A Secretária Daniele explica que esse recurso pode ser utilizado para o Conselho Tutelar, mas não significa que o dinheiro é exclusivo deles. E ressalta a importância do órgão solicitar também do poder público o custeio de capacitações. A Presidente complementou, enfatizando a importância de pensar nas Organizações, que, realizam um trabalho excepcional, elas estando fortalecidas, muitas violações de direitos poderão ser evitadas e consequentemente não serão casos para o Conselho Tutelar. A Secretária prossegue, destacando que no caso proposto não utilizariam os 20% integralmente, mas sim parte para complementar e financiar projetos. A Presidente solicita à plenária uma votação para decidir se concordam em utilizar uma parte dos 20%. Antes de dar continuidade à votação, a Conselheira Tutelar Núbia indaga sobre a possibilidade de incluir no orçamento a verba necessária para materiais de divulgação do Conselho Tutelar e ações planejadas para o ano. A Secretária esclarece que o Conselho Tutelar dispõe de sua própria dotação orçamentária para essas finalidades, e continua, sugerindo que o Conselho Tutelar elabore um plano de ação a ser apresentado ao município. Concluindo a pauta, a Presidente pede que prossigam com a votação. A maioria aprovou a utilização dos 20%, e optaram por beneficiar até quatro projetos, cada um com o montante de R\$ 22.500, 00 (vinte e dois mil e quinhentos) . A Secretária encerra a discussão, explicando que a deliberação desses recursos será realizada e publicada . Acrescenta que os projetos serão submetidos à comissão para análise detalhada, a fim de compreender as ações a serem executadas. Seguindo a pauta, a Sra. Iris aborda o próximo tema: a apresentação das propostas de capacitação para o Conselho Tutelar, considerando que já foram previamente compartilhadas com eles. A Secretária expõe que posteriormente o Conselho Tutelar deverá encaminhar os orçamentos das empresas que mais se identificam, e será também submetido para os conselheiros de direitos. Posteriormente, avançam para a próxima pauta, referente ao Ofício do CREAS. A Presidente esclarece que receberam o documento, que já foi compartilhado no grupo, e concede a palavra ao Coordenador Sr. Carlos, para explicar o propósito do ofício. O mesmo, cumprimenta aos presentes e informa que estão estruturando e planejando as atividades para o ano de 2024, expressando o interesse em estabelecer parcerias com o CMDCA para colaborar em diversas ações. Carlos menciona especificamente as ações referentes ao Maio Laranja que trata sobre o combate de abuso e



exploração sexual de crianças e adolescentes e 12 de junho, onde a campanha é voltada para o combate ao trabalho infantil. Carlos destaca que, em relação ao Maio Laranja, buscam seguir a ideia do ano anterior, que envolveu a produção de camisetas, acrescenta que a proposta principal é unir esforços com a Educação no Dia E, o combate ao abuso de crianças e adolescentes. Está programada a distribuição de folhetos, cartazes e folders aos profissionais da educação, visando conscientizá-los e capacitá-los para identificar situações precoces dessas problemáticas. Além disso, está prevista a realização de uma caminhada na cidade para dar visibilidade ao tema. O Sr. Carlos compartilha com os demais a arte utilizada no ano anterior e destaca que ainda não foi decidido se utilizarão as mesmas artes. A Conselheira Tutelar Núbia sugere a venda das camisetas em bancas de jornais para aumentar a visibilidade, ideia que o Sr. Carlos concorda, mencionando a produção de 150 camisetas e a possibilidade de envio da arte para lojas locais interessadas em vender. Em relação à caminhada, Carlos expressa o desejo de realizá-la, ressaltando que necessita da colaboração da comissão de políticas básicas para concretizar essa ação. A comissão aceita a ideia, afirmando que será uma ação muito positiva. A Conselheira Francis também opina, destacando a importância de palestras nas escolas, sugestão que o Coordenador do CREAS considera viável. O Sr. Carlos segue explicando a outra ação referente ao 12 de junho, destacando a ideia principal de realizar um seminário sobre o trabalho infantil, buscando a participação de empresas para ressaltar a importância de oportunizar aos jovens aprendizes o primeiro emprego. Ele informa que já está providenciando o lanche para o seminário e expressa o desejo de contar com a ajuda do CMDCA. A Secretária conclui, destacando a importância do Sr. Carlos apresentar essas ideias para manter a colaboração constante entre as ações. A Sra. Núbia expressa sua satisfação ao observar essa colaboração, pois tem tido constante denúncias sobre a questão do trabalho infantil. Ela está confiante de que, ao conscientizar os munícipes, será possível reduzir significativamente a incidência desse problema. O Sr. Carlos conclui mencionando a realização de encontros intersetoriais e expressa a intenção de convidar o CMDCA para participar e se manter informado sobre os assuntos em pauta. A Conselheira Eliane complementa, destacando que essa prática representa o trabalho em rede e fortalece a colaboração entre as entidades. Após esse ponto, a Conselheira Tutelar Francis propõe a agendamento de uma reunião entre a Rede e o CMDCA para coordenar e alinhar os esforços. A Sra. Eliana complementa, questionando a viabilidade da implantação da Escuta Especializada. A Conselheira Gabriela que estava em outro compromisso, chegou para agregar as discussões, concorda com a proposta da Sra. Francis, ressaltando a importância de incluir esse tema nas próximas pautas para uma



organização mais eficaz. Ela explica à Conselheira Eliane que já houve discussões sobre a implementação da Escuta Especializada, mas a demanda por recursos substanciais requer reuniões adicionais para articular e analisar todos os aspectos, dada a considerável necessidade de financiamento. Não havendo mais nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

Iris Rodrigues dos Santos

Presidente do CMDCA

Daniele E. Nunes Ferreira

Secretária do CMDCA

Publique-se, inclusive sob a forma de fixação no átrio da Casa dos Conselhos; registre-se e archive-se em atendimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos e em observância aos preceitos contidos na Lei Orgânica Municipal. Em 25/01/2024.